

"O ataque à Ucrânia iria ser prosseguido independentemente da resposta da NATO ao pedido de adesão"

Investigadora Integrada do IPRI-NOVA, Patricia Daehnhardt analisa o choque entre o Ocidente e a Rússia causado pela invasão da Ucrânia.

Leonídio Paulo Ferreira | *Diário de Notícias* | 23 Março 2022

É só o risco de escalada nuclear que impede uma guerra da NATO com a Rússia por causa da Ucrânia?

Há várias razões. Primeiro, a NATO não quer entrar em guerra com a Rússia porque nenhum dos 30 Estados membros da Aliança Atlântica, composta por regimes democráticos que por definição resolvem disputas entre Estados de forma pacífica, quer entrar em guerra. Quando o fazem, fazem-no contra regimes autocráticos e depois dos outros meios de resolução pacífica de conflitos terem sido esgotados. Segundo, a NATO é uma aliança defensiva, que foi criada em 1949 para a defesa coletiva entre os seus então 16 Estados membros, entre os quais Portugal, contra o expansionismo comunista da União Soviética e para a contenção da mesma. Terceiro, a Ucrânia não é um Estado membro da NATO, logo, o artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, que obriga todos os Estados membros a auxiliar um Estado aliado da Aliança em caso de agressão militar vinda de outro Estado, não se aplica neste caso e a aplicação de uma zona de exclusão aérea sobre o território da Ucrânia, como o Presidente Zelensky tem repetidamente pedido à NATO seria utilizada pelo Kremlin como justificação para um conflito com a NATO e consequentemente uma guerra generalizada. Contudo, para auxiliar a Ucrânia a defender-se contra a agressão russa, os Estados membros da Aliança fornecem bilateralmente armamento a Kiev, num sinal de apoio militar ao regime de Volodymyr Zelensky, assim como enviam ajuda humanitária e apoiam o regime financeiramente. Por último, uma escalada nuclear seria a pior das situações, mas o uso de armas químicas e biológicas por parte da Rússia também não pode ser excluído. Já a atual agressão russa em curso mostra o horror que a invasão não provocada à Ucrânia está a provocar, com mais de três milhões e meio de refugiados.

Se a Rússia atacasse um dos países bálticos, ex-repúblicas soviéticas mas membros da NATO, nesse caso o art. 5.º seria invocado de certeza?

O artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, obriga todos os Estados membros a auxiliar um Estado aliado da Aliança em caso de agressão militar vinda de outro Estado "tomando imediatamente, individualmente e em concertação com as outras Partes, as medidas que considerar necessárias, incluindo o uso da força armada, para restaurar e manter a segurança da zona do Atlântico Norte." Ou seja, cada Estado aliado reserva-se o direito de responder de acordo com as suas capacidades e avaliação de ameaça. Mas seria um sinal político problemático se perante um ataque armado a um dos Estados membros os restantes não respondessem proporcionalmente em seu auxílio, porque minaria a coesão e união da NATO.

A NATO sai reforçada desta crise com a Rússia?

A resposta da NATO revelou a coesão e unidade transatlânticas na condenação e isolamento da Rússia pelo ato de agressão, e na concessão de apoio financeiro e envio de armamento à Ucrânia, um mês depois do início da invasão. O Presidente Emmanuel Macron, que se encontra em campanha eleitoral, afirmou há dias que a guerra está a funcionar como um choque elétrico para a Aliança que agora despertou, depois de, na sua perspetiva, ter estado em "morte cerebral" desde 2019 devido à política da administração norte-americana de Donald Trump. O que a guerra na Ucrânia mostra é reflexo do consenso transatlântico sobre a ameaça russa à Ucrânia, e a toda a ordem de segurança do pós-Guerra Fria, que desde 24 de Fevereiro deixou de existir. Na construção da nova ordem do pós-pós-Guerra Fria, a NATO é a instituição que melhor garante a defesa coletiva dos países europeus, através da sua política de dissuasão e defesa. Nesse contexto, a NATO sairá reforçada se voltar a concentrar-se no objetivo de defesa coletiva para o qual foi originalmente criada, e que o novo conceito estratégico a adotar na cimeira da NATO em Madrid deverá consolidar. Esse reforço da defesa coletiva pode incluir a adesão da Finlândia e da Suécia como novos membros, o reforço da presença militar permanente de tropas nos países no leste europeu e o fortalecimento da resiliência da Aliança contra ataques cibernéticos e ameaças híbridas.

O alargamento da NATO a Leste acaba por se autojustificar com as últimas ações russas ou teve responsabilidade também na atitude de Moscovo?

O alargamento institucional da Aliança Atlântica foi consequência do fim da Guerra Fria e da implosão da União Soviética em 1991. A partir desse momento, vários países, principalmente os da Europa de leste que até essa data se encontravam sob a hegemonia da URSS, solicitaram a adesão à Aliança Atlântica, de forma voluntária e por considerarem que a NATO seria a melhor garantia institucional da soberania e integridade territorial dos seus países. Para os países bálticos, Polónia, Eslováquia, Bulgária, Hungria e Roménia, o facto de serem membros da Aliança, é uma garantia de defesa que não teriam como não membros, e que o caso da Ucrânia mostra da pior forma. Também países até agora neutros como a Finlândia e a Suécia se sentiriam mais seguros se tivessem solicitado a adesão à NATO e fossem hoje membros da Aliança, para não referir a Moldávia, que pode ser outra vítima da agressão russa. A posição de Moscovo de revisionismo militarizado reflete o desrespeito pelas instituições de segurança e defesa existentes ou criadas no fim da Guerra Fria, assim como a violação de vários tratados internacionais, incluindo a Ata Final de Helsínquia de 1975, a Carta de Paris de 1990, o Memorando de Budapeste de 1994 e o Ato Fundador NATO-Rússia de 1997. O alargamento da NATO à Ucrânia, pretendido por esta mas adiado *sine die* desde 2008, mostra que esta questão meramente serviu de pretexto para a invasão russa e que o ataque à Ucrânia iria ser prosseguido independentemente da resposta da NATO, como veio a acontecer, já que a adesão à Aliança não estava em cima da mesa.

A Europa voltou a ser o foco dos Estados Unidos ou esta crise é só um interregno na disputa adivinhada com a China no Indo-Pacífico?

A guerra na Europa é neste momento a principal preocupação de política externa da administração Biden, o que de certa forma desacelerou momentaneamente o enfoque

dos Estados Unidos sobre a competição com a China, a grande potência rival que pretende consolidar a sua ascensão global. Mas a prioridade estratégica número um dos Estados Unidos não deixou de ser a China, que até pode aproveitar este momento para fortalecer a sua posição. Da perspectiva dos Estados Unidos, a forma como se resolver a guerra na Ucrânia e a nova ordem de segurança euro-atlântica que dela emergir, é de importância crucial, porque vai contribuir também para a margem de manobra que Washington terá para lidar com a China e os desafios do Indo-Pacífico, onde a questão de Taiwan é uma questão fundamental mas não a única nesta crescente competição sino-americana.

Como avalia o desempenho de Joe Biden?

A política externa de Joe Biden tem sido alvo de críticas contínuas, com base no argumento que foi a fraqueza dos Estados Unidos, espelhada na retirada caótica do Afeganistão, em agosto do ano passado, que facilitou o timing da invasão da Ucrânia pela assunção de uma reposta ocidental fraca e pouco coordenada. Mais convincente parece-me ser a interpretação da agressão russa de acordo com o projeto revisionista de recuperação do antigo império que o Presidente russo prossegue, ao ponto de anexação territorial da Crimeia, apoio a regiões secessionistas, guerra híbrida no Donbass e desestabilização das democracias circundantes. Em resposta à guerra russa iniciada a 24 de fevereiro, a administração Biden enviou apoio financeiro e militar (aviões anti-tanque Javelin e mísseis anti-aéreos Stinger) à Ucrânia, impôs sanções punitivas à economia e elite russas e um embargo petrolífero e de gás natural à Rússia, e anunciou o aumento do apoio financeiro em milhões de dólares em assistência militar, aumentado na sequência do discurso de Volodymyr Zelensky ao Congresso norte-americano na semana passada. Amanhã, Biden participará na cimeira extraordinária dos Chefes de Estado e de governo da NATO, em Bruxelas e depois visitará a Polónia num sinal político de apoio aos aliados europeus. O contributo norte-americano continua a ser de mais de 70% da capacidade militar da NATO e os aliados continuam a depender das capacidades de defesa norte-americanas para a sua defesa territorial coletiva. Não se pode dizer com certeza, mas não me parece que o Presidente russo teria sido dissuadido por uma presença norte-americana mais forte na Europa, que aliás fora reforçada em 2017 através da Enhanced Forward Presence no flanco leste da Aliança. A decisão de não envio de tropas norte-americanas para a Ucrânia é uma posição prudente que não invalida outras formas de apoio que os Estados Unidos fornecem a Kiev, e que reduz o perigo de uma escalada militar que se pode alargar para outras zonas na Europa. Na esperança de que a guerra possa ser terminada, um posicionamento político claro da China quanto à ação de guerra na Ucrânia teria igualmente um importante efeito dissuasor sobre Moscovo.

<https://www.dn.pt/internacional/-o-ataque-a-ucrania-iria-ser-prosseguido-independentemente-da-resposta-da-nato-ao-pedido-de-adesao-14704846.html>